

conhecimento técnico de análise de informações produzidas por diversos institutos e fundações com relação à situação em que se encontram as famílias no país, assim como o conhecimento da realidade dessas famílias no território em que vivem, quanto às particularidades culturais, econômicas e de relações sociais construídas. É importante o estabelecimento de uma disciplina para a organização e planejamento de ações para o acompanhamento, a tomada de decisões e a efetiva proteção social dessas famílias ou daquelas que venham a necessitar de intervenções da assistência social.

No campo da assistência social, a análise destes dados pede uma focalização na busca da equidade e da diminuição das desigualdades sociais o que envolve a eleição de prioridades no atendimento daqueles que necessitam imediatamente da assistência social, tendo como perspectiva a universalização deste atendimento. O Artigo XII da NOB/SUAS (NOB/SUAS/2012) define como um dos princípios éticos, para a oferta da proteção socioassistencial, “o acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos” (NOB/SUAS/2012). O conceito de vulnerabilidade possibilita um recorte na realidade dos indivíduos e famílias a ser utilizado como referência nas ações da assistência social.

A análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os “ativos” materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas (MDS, 2005, p. 30).

Outro recorte que se refere ao conceito de vulnerabilidade é aquele relacionado à quebra de vínculos familiares ou sociais que implicam na sujeição do indivíduo ou de famílias a riscos pessoais e/ou sociais. O recorte da vulnerabilidade não é apenas o da precariedade, como também da resiliência, da capacidade de agir (IPEA, 2011, p. 6).

A partir dos resultados do Censo SUAS realizado pelo MDS, observamos um aumento de 3 CREAS em 2009, para 13 em 2011, chegando-se a 22 em 2012, além de mais 2 Centro Pop, totalizando 24 destas unidades, em 2012, o que representa um aumento de 700%, de 2009 a 2012 (ou de 333,3%, de 2009 a 2011), sendo que, no Brasil, houve um aumento de 75%, de 2009 a 2011. A meta de gestão, para o período de 2013 e 2016, publicada e difundida em Audiências Públicas pela cidade, estabelece a implantação de mais 7 CREAS e 5 Centros Pop, o que representará um aumento de 50% entre 2012 e 2016.

Em relação aos CRAS, passou-se de 31, em 2007, para 44, em 2011, e 48, em 2012. Ou seja, um aumento de 54,8% entre 2007 e 2012, considerando que o aumento, no Brasil, para o período de 2007 a 2011, foi igual a 78,2% e, no Estado de São Paulo, no mesmo período, observou-se um aumento de 59% (Censo SUAS, MDS: 2013). Cabe mencionar ainda que se pretende a implantação de 60 novos CRAS na cidade, especialmente nas regiões Leste e Sul da cidade, ou seja, um aumento de 117,65%, entre 2012 e 2016.

Com relação ao CadÚnico, verifica-se que em 2006 havia 304.795 cadastros, chegando-se a 533.983, em 2012. Ou seja, um aumento de 75,2%, entre 2006 e 2012, quando o aumento, para o Brasil, foi igual a 53,38% e, para o Estado de São Paulo, igual a 67,4%, no mesmo período (Censo SUAS, MDS: 2013). Vale mencionar que em março de 2013 foi atingido um total de 697.195 cadastros no CadÚnico e pretende-se um aumento de 44,8% entre 2012 e 2016, alcançando 773 mil cadastros.

Com relação ao número de famílias beneficiárias do Bolsa Família, houve um aumento de 165.991, em 2004, para 228.078 famílias beneficiárias, em 2012, ou seja, um aumento de 37,4%, entre 2004 e 2012. Vale indicar que o aumento de 2010 para 2011 foi igual a 33,33%, no município de São Paulo, enquanto o aumento foi igual a 9,91% no Brasil e 15,96% no Estado de São Paulo, no mesmo período (Censo SUAS, MDS: 2013).

Com relação à rede socioassistencial conveniada, passou-se de 637 convênios, com capacidade de 137.697, em 2006, para 1.156 convênios, com capacidade para 217.760, em 2012. Ou seja, houve um crescimento de 81,48% entre 2006 e 2012 no total de convênios e um aumento de 58,14% na capacidade total desses serviços, para o mesmo período. Isto significou, entre 2006 e 2012, um aumento de 27,1% no total de recursos repassados por meio de convênios.

Na perspectiva da Vigilância Socioassistencial, destaque-se que as portarias e decretos que regulamentam as relações de parcerias exigem a elaboração de estudos territorializados para definição da demanda e local de instalação dos serviços, isto como condicionante para a abertura de audiências públicas. Neste sentido, desde 2009 todos os processos de conveniamento são compostos por estudos de demanda, nos quais são utilizados tanto dados de execução da rede existente, como dados de Programas de Transferência de Renda e Benefícios (Bolsa Família, Renda Mínima, Renda Cidadã, Benefício de Prestação Continuada para Idosos e para Pessoas com Deficiência), quanto

dados demográficos e censitários (Renda, Escolaridade, IPVS, Favelas, Faixa Etária, etc.).

Além disso, a rede direta (CRAS, CREAS e Centro Pop), vem sendo instalada em localidades, conforme critérios estabelecidos pelo MDS e, mais recentemente, pelo Programa Brasil sem Miséria, onde há destaque para as famílias em situação de Baixa Renda (até ½ salário mínimo), tanto para ampliação da cobertura dos CRAS, como do CadÚnico.

Para a instalação de CREAS estamos adotando critérios de referência regional, ou seja, ao menos um para cada Subprefeitura, bem como de presença significativa de situações de violência, ato infracional, homicídio de jovens etc. Em relação aos Centros Pop (Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua), tomamos como base a presença de população em situação de rua com base nos Censos de 2009 e 2011, garantindo também referência regional. Ainda, com relação às metas estabelecidas de expansão de CRAS e de cobertura do CadÚnico, cabe indicar que tomamos como base o total de domicílios e estimativa de famílias em situação de baixa renda, respeitando a referência de 5.000 domicílios de baixa renda para cada CRAS na cidade (Orientações Técnicas dos CRAS/Brasília 2009) e para o CadÚnico o foco está na extrema pobreza.

Além deste alinhamento, há o desafio de reordenamento da rede conveniada, conforme a concentração do público prioritário, criando-se assim a referência das famílias em situação de vulnerabilidade e risco já inseridos no CadÚnico e ainda por serem inseridas, fortalecendo o papel protetivo e preventivo da política de assistência social na cidade de São Paulo.

Esses dados revelam que, apesar de ainda enfrentarmos grandes desafios na implantação do SUAS na cidade de São Paulo, muito foi conquistado. Especialmente na implantação e consolidação de uma rede socioassistencial que respeita as diferenças regionais de desigualdade sociais postas para os territórios da cidade. Neste contexto, ficam estabelecidos os desafios de reordenamento da rede socioassistencial existente tendo seu atendimento adequado e focado no público prioritário; expansão, alinhamento e estruturação da rede estatal para avançar no desenvolvimento de indicadores de cobertura e na integração de sistemas informatizados de monitoramento e avaliação da rede socioassistencial, bem como na elaboração e efetivação da Política de Educação Permanente em âmbito municipal.

A instauração de novos balizamentos conceituais, políticos e operativos para a Assistência

Social no Município de São Paulo propõe a constituição de uma rede de serviços com direção universalizadora na cobertura de determinadas necessidades de proteção, o que impõe a introdução de uma ação planejada, com estabelecimento de metas e de resultados, construídos a partir da análise da realidade da cidade, dos territórios, da identificação da concentração de riscos e de vulnerabilidades.

De forma resumida os dados demográficos da cidade de São Paulo revelam fenômenos como o aumento numérico da população especialmente a idosa, queda na fecundidade aumentando a proporção de jovens, redução do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade, apesar de queda na última década temos elevadas taxas de mortalidade por agressão, infantil e entre jovens de 15 e 34 anos e, apesar da redução da taxa de crescimento populacional para o município, verifica-se em algumas regiões o aumento dessa taxa.

A presente análise permite avançar nas indicações de prioridades, na medida em que adotamos indicadores mais amplos do que somente renda, incluindo indicadores de violência, e que os dados identificam a demanda além da espontânea, abrangendo aquela que necessidade de ações de busca ativa.

Intervalo entre os planos: o ano de 2013

Apesar do ajuste proposto pela NOB/SUAS/2012 deixar suspenso o período entre um e outro plano municipal, a atual gestão teve início em 2013 e algumas realizações ocorreram no decorrer deste exercício.

Uma das primeiras modificações desencadeadas foi a reestruturação da organização administrativa da Secretaria visando uma maior descentralização administrativa. Foram extintas a Coordenadoria Geral de Assistência Social – COGEAS e as cinco Coordenadorias Regionais – CAS que agrupavam as Supervisões de Assistência Social – SAS e a comunicação institucional e o processo decisório ficou mais horizontal. O detalhamento dessa ação encontra-se no capítulo destinado à Assessoria Técnica.

Os avanços em relação aos Programas Sociais que envolvem a redistribuição de renda podem ser observados com detalhes no capítulo dedicado à Coordenação de Gestão de Benefícios, mas vale destacar que em relação ao Cadastro Único dos Programas Sociais, no ano de 2013, foram incluídas 119.964 novas famílias no Programa Bolsa Família.